



**ESTADO DA PARAÍBA
POLÍCIA MILITAR
COMISSÃO COORDENADORA CONCURSO**

Edital n.º 001/2010 CFO PM/BM-2011

CONCURSO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – 2011 DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

Pelo presente, a Comissão Coordenadora do CONCURSO para o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA/2011 e o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA/2011, designada pela Portaria n.º GCG/0095/2010-CG, de 04 de agosto de 2010, e em cumprimento ao disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal, e nas Leis Estadual n.º 7.605, de 28 de junho de 2004, n.º 8.423, de 04 de dezembro de 2007, e n.º 8.617, de 30 de junho de 2008, e usando da competência que lhe foi atribuída pela, torna público que estarão abertas as inscrições do Concurso para o Curso de Formação de Oficiais PM/BM-2011 – CFO PM/BM, com vistas ao provimento, ao final do curso, com aproveitamento, de 80 (oitenta) vagas para os cargos de Oficial da Polícia Militar do Estado da Paraíba e Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, segundo as normas estabelecidas a seguir.

1.DO CONCURSO E DAS VAGAS

1.1.O Presente concurso destina admissão para Curso de Formação de Oficiais, para o preenchimento de vagas de Oficiais do Quadro de Oficiais Combatentes (QOC), da Polícia Militar do Estado da Paraíba, e do Quadro de Oficiais Bombeiros Militar (QOBM, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba.

1.2.O Concurso de que trata este Edital oferece 80 (oitenta) vagas, assim distribuídas:

1.2.1.Para o Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar (QOC), 60 (sessenta) vagas, sendo 45 (quarenta e cinco) destinadas ao sexo masculino e 15 (quinze) destinadas ao feminino;

1.2.2.Para o Quadro de Oficiais Bombeiros Militar (QOBM), 20 (vinte) vagas, sendo 14 (quatorze) destinadas ao sexo masculino e 06 (seis) destinadas ao sexo feminino.

2.DOS REQUISITOS

2.1.PARA CANDIDATOS CIVIS, MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E DE OUTRAS CORPORações MILITARES:

2.1.1.ser brasileiro nato;

2.1.2.estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

2.1.3.não ter antecedentes criminais ou policiais;

2.1.4.achar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

2.1.5.ter idoneidade moral e conduta pregressa compatível com o cargo de Oficial;

2.1.6.ter aptidão para a carreira de militar estadual, aferida através dos Exames Intelectual, de Saúde, de Aptidão Física, Psicológico e da Avaliação Social;

- 2.1.7.ter, descalço e descoberto, altura mínima de 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros), se do sexo masculino, e de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros), se do sexo feminino;
 - 2.1.8.apresentar uma proporção entre o peso e a altura, para ambos os sexos, nos termos deste Edital;
 - 2.1.9.completar, no ano da matrícula do curso (até 31 de dezembro de 2011), 18 (dezoito) anos, no mínimo, e 30 (trinta) anos, no máximo, e ter concluído o ensino médio ou correspondente (ver item 3.9.4.);
 - 2.1.10.atender as demais exigências constantes deste Edital e suas Normas Complementares.
- 2.2.PARA CANDIDATOS INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, ALÉM DO QUE CONSTA NO SUBITEM ANTERIOR:
- 2.2.1.completar, no ano da matrícula do curso (até 31 de dezembro de 2011), 30 (trinta) anos, no máximo (ver item 3.9.4.);
 - 2.2.2.estar, no mínimo, no comportamento disciplinar “BOM”;
 - 2.2.3.não estar submetido a Conselho de Disciplina, Processo Administrativo Disciplinar ou em cumprimento de sentença criminal;
 - 2.2.4.não ter sido julgado “INCAPAZ DEFINITIVAMENTE” para o serviço militar estadual, através de laudo médico competente;
 - 2.2.5.não estar registrado em partido político e nem exercer atividade de cunho eletivo.

3.DA INSCRIÇÃO

- 3.1.Para efeitos deste Concurso, somente será considerado(a) candidato(a), aquele que se inscrever para:
 - 3.1.1.**Exames Complementares**, de responsabilidade da Polícia Militar do Estado da Paraíba, conforme o presente Edital;
 - 3.1.2.**Exame Intelectual (Provas Escritas)**, realizada como uma opção do PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011), de responsabilidade da Comissão Permanente do Concurso Vestibular da Universidade Federal da Paraíba – COPERVE/UFPB, que divulgará Normas Reguladoras específicas.
- 3.2.Não serão aceitas inscrições provisórias, condicionais, extemporâneas, ou que não atendam rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
- 3.3.DO PERÍODO, DO LOCAL E DOS PROCEDIMENTOS:
 - 3.3.1.Para os EXAMES COMPLEMENTARES, as inscrições serão realizadas pela Polícia Militar do Estado da Paraíba, via Internet, no site da Polícia Militar deste Estado “<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>”, a partir das **09:00 horas de 12 de agosto a 23:00 horas do dia 24 de agosto de 2010**, e somente será efetivada após o pagamento da taxa.
 - 3.3.2.Para o Exame Intelectual (Provas Escritas), as inscrições serão realizadas pela Comissão Permanente do Concurso Vestibular – COPERVE/UFPB – para o Processo Seletivo Seriado – 2011 (PSS-2011), de acordo com o seu calendário, através do site “www.coperve.ufpb.br” e somente deverá ser efetuada por candidato que tenha sua inscrição nos Exames Complementares homologada pela Polícia Militar do Estado da Paraíba.
- 3.4.Não serão efetivadas as inscrições que efetuarem o pagamento do boleto bancário em data posterior a fixada no item 3.5.5. ou não ter sido reconhecido o pagamento pelo Banco do Brasil.
- 3.5.Para se inscrever para os Exames Complementares, o(a) candidato(a) deve:
 - 3.5.1.acessar o link específico deste Concurso, disponível no site “<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>”;

- 3.5.2.preencher, integralmente, o formulário de inscrição, informando, inclusive, o número do seu documento de identidade e do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - 3.5.3.enviar, eletronicamente, o formulário de inscrição devidamente preenchido;
 - 3.5.4.imprimir o boleto bancário, referente à taxa de inscrição;
 - 3.5.5.efetuar o pagamento do boleto bancário em qualquer agência do Banco do Brasil até o dia 25 de agosto de 2010, de acordo com o horário bancário ou do caixa eletrônico.
 - 3.5.6.a PM/PB não se responsabiliza por inscrições não efetivadas por qualquer motivo de ordem técnica, seja do aparelho microcomputador, da transmissão de dados ou de congestionamento da rede;
 - 3.5.7.o preenchimento dos dados pessoais no ato da inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que assume suas declarações, podendo responder penal, civil ou administrativamente, pelos dados lançados
- 3.6. A inscrição no presente concurso implica na aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, bem como das Normas Reguladoras do PSS-2011, da COPERVE/UFPB, em relação às quais o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento.
- 3.7. Antes de efetivar a inscrição para o presente Concurso, o(a) candidato(a) deverá ler todo o Edital do Concurso, publicado no Diário Oficial do Estado, o qual se encontra disponível em link específico no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>", a fim de tomar conhecimento de todas as condições e exigências adotadas para a realização do Concurso para o Curso de Formação de Oficiais PM/BM.

3.8.DA TAXA E DAS CONDIÇÕES

3.8.1.DA TAXA – PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011) - Para o Exame Intelectual (Provas Escritas), será fixada pela COPERVE/UFPB – para o Processo Seletivo Seriado – 2011 (PSS-2011), a quem compete regulamentar a sua cobrança, bem como a sua isenção.

3.8.2.DA TAXA – EXAMES COMPLEMENTARES

3.8.2.1. Para a efetivação da inscrição será cobrada uma taxa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para cobrir as despesas com a preparação, organização e realização dos EXAMES COMPLEMENTARES, exceto os Exames Laboratoriais, que serão custeados pelo próprio(a) candidato(a).

3.8.2.2. A isenção de pagamento da taxa de inscrição referente aos Exames Complementares será para os Doadores de Sangue na Rede Hospitalar Pública ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado da Paraíba, nos termos da Lei Estadual nº 7.716/2004, devendo os(as) interessados(as) comparecer a Comissão Coordenadora do presente Concurso, que será estabelecida no Núcleo de Recrutamento e Seleção (NRS), na Diretoria de Gestão de Pessoas, situada na Praça Pedro Américo, s/nº, Centro, nesta Capital, das 08:00 às 12:30 horas dos dias 13, 16 e 17 de agosto de 2010, preencher e entregar o requerimento próprio de isenção (MODELO ANEXO I), instruindo-o com cópia autenticada dos seguintes documentos: Cédula de Identidade; Carteira de Doador de Sangue expedida por Órgão Estadual conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS); e comprovante de, no mínimo, 03 (três) doações à Rede Hospitalar Pública ou conveniada ao SUS, nos doze meses anteriores à publicação deste Edital.

3.8.2.3. Não será permitido, após a entrega do requerimento de isenção, a complementação da documentação comprobatória e a revisão e/ou recurso,

3.8.2.4. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou correio eletrônico.

3.8.2.5. O pedido de isenção será analisado e julgado pela Comissão Coordenadora do Concurso para o CFO PM/BM, sendo a relação dos pedidos de isenção deferidos divulgada no dia 20 de agosto de 2010, no endereço eletrônico da PMPB "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>", e publicado no Boletim da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

- 3.8.3.Os(As) interessados(as) que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos para efetivar a sua inscrição no presente concurso, deverão seguir as regras estabelecidas no subitem 3.5. deste Edital.
- 3.8.4.Na inscrição, o(a) candidato(a) deve indicar uma das opções abaixo, observando que necessariamente deverá ser a mesma opção para as inscrições, tanto na Polícia Militar do Estado da Paraíba como na COPERVE/UFPB:
- 3.8.4.1. Curso de Formação de Oficiais dos Quadros da Polícia Militar – Masculino;
 - 3.8.4.2. Curso de Formação de Oficiais dos Quadros da Polícia Militar – Feminino;
 - 3.8.4.3. Curso de Formação de Oficiais dos Quadros Corpo de Bombeiros Militar – Masculino;
 - 3.8.4.4. Curso de Formação de Oficiais dos Quadros Corpo de Bombeiros Militar - Feminino
- 3.8.5.Caso o(a) candidato(a) tenha sua inscrição indeferida, seja eliminado em qualquer etapa do Concurso, por qualquer motivo, ou venha a desistir, o valor referente à Taxa dos Exames Complementares não será devolvido.
- 3.8.6.A participação no presente concurso é livre, desde que observadas as condições estabelecidas neste Edital e nas suas Normas Complementares e somente será matriculado no CFO PM/BM-2011 o(a) candidato(a) que preencher plenamente os requisitos constantes no item 2 deste Edital.

3.9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PELA POLÍCIA MILITAR

- 3.9.1.Os(as) candidatos(as) inscritos(as) pela Polícia Militar do Estado da Paraíba terão suas inscrições homologadas mediante ato próprio da Comissão Coordenadora deste Concurso Público, que será divulgado através do site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação.
- 3.9.2.O(a) candidato(a) deverá acompanhar, pelos meios elencados acima, a publicação da homologação da inscrição, sendo de sua responsabilidade a conferência e comunicação de qualquer incorreção nos dados.
- 3.9.3.O(a) candidato(a) que observar divergência nos dados pessoais deverá fazer retificação por meio de requerimento e encaminhá-lo via fax (83) 3218-5950, ou entregá-lo na Coordenação do Concurso até 48 (quarenta e oito) horas depois da homologação das inscrições.
- 3.9.4.O(a) candidato(a) que não atender aos subitens 2.1.9 ou 2.2.1 (requisito referente a idade) deste Edital, terá sua inscrição indeferida e estará eliminado(a) do Concurso.
- 3.9.5.Não será permitida retificação da opção para o Concurso.

4.DAS FASES DO CONCURSO

- 4.1. O Concurso será composto de três fases, assim dispostas:
- 4.1.1.1ª Fase - Exame Intelectual (Provas Escritas);
 - 4.1.2.2ª Fase - Exames Complementares;
 - 4.1.3.3ª Fase - Avaliação Social.

5.DO EXAME INTELECTUAL (PROVAS ESCRITAS)

- 5.1. Os(as) candidatos(as) regularmente inscritos(as) serão submetidos(as) ao Exame Intelectual (Provas Escritas) do PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011), de caráter classificatório e eliminatório, promovido pela Universidade Federal da Paraíba, através da

Comissão Permanente do Concurso de Vestibular – COPERVE/UFPB, conforme convênio celebrado entre aquela Instituição e a Polícia Militar do Estado da Paraíba, concorrendo ao Curso de Formação de Oficiais como opção única, conforme descrito no subitem 3.8.4 deste Edital.

- 5.2. O(a) candidato(a) eliminado(a) em virtude de ter sua inscrição indeferida pela Polícia Militar do Estado da Paraíba estará, conseqüentemente, eliminado(a) do Concurso, não podendo concorrer às vagas do Concurso para o Curso de Formação de Oficiais PM/BM-2011 no PSS-2011.
- 5.3. A divulgação, a realização das provas, os requisitos para critérios de desempates, a disponibilização das provas será de responsabilidade da COPERVE/UFPB.

6.DOS EXAMES COMPLEMENTARES

- 6.1. Os exames desta fase, que compreende os Exames de Saúde, de Aptidão Física e Psicológico, têm caráter eliminatório, só cabendo revisão ou reexame nas hipóteses do item 11. deste Edital.

6.2. DO EXAME DE SAÚDE

6.2.1.O Exame de Saúde, de caráter eliminatório, tem por objetivo avaliar o estado geral de saúde, física e mental do(a) candidato(a) e determinar as condições indispensáveis ao desempenho da profissão do militar estadual e constará de exames e testes clínicos, bem como de exames laboratoriais.

6.2.2.Somente serão submetidos(as) ao Exame de Saúde, os(as) candidatos(as) aprovados(as) no PSS-2011, até quatro vezes o número de vagas ofertadas (subitens 1.2.1 e 12.2. deste Edital), de acordo com a ordem de classificação divulgada pela COPERVE/UFPB.

6.2.3.Será realizado, após a divulgação do resultado PSS-2011, no Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba, sito na Rua Dr. Francisco de Assis Veloso – Mangabeira VII, nesta Capital, para o qual os(as) candidatos(as) aprovados(as) se submeterão a esse Exame na data, turno e horário, a serem estabelecidos no ato convocatório, que será divulgado em link específico no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação.

6.2.4.Será executado por comissão designada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba e constará dos seguintes exames, testes clínicos e Exames Laboratoriais:

6.2.4.1. Exame Biométrico – com o(a) candidato(a) descoberto e descalço, far-se-á:

6.2.4.1.1.aferição de altura;

6.2.4.1.2.aferição do peso;

6.2.4.1.3.aferição da proporção entre as duas medidas.

6.2.4.2.Exame Médico-Odontológico

6.2.4.2.1.clínico;

6.2.4.2.2.acuidade visual (sem correção e com correção permitida);

6.2.4.2.3.acuidade auditiva (sem prótese ortofônica);

6.2.4.2.4.bucal.

6.2.4.3.Exames Laboratoriais – esses exames deverão ser realizados às expensas do(a) candidato(a), sendo considerados válidos os originais e que tenham sido expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data de realização do exame do(a) candidato(a), com o objetivo de determinar a emissão de parecer conclusivo sobre o seu estado geral de saúde. Para efeitos deste Edital são considerados Exames Laboratoriais os seguintes:

6.2.4.3.1.Radiografia do Tórax em PA;

6.2.4.3.2.Eletroencefalograma;

- 6.2.4.3.3. Teste Ergométrico;
 - 6.2.4.3.4. Teste Audiométrico;
 - 6.2.4.3.5. Escarro: Pesquisa de BAAR;
 - 6.2.4.3.6. Hemograma Completo (inclusive Contagem de Plaquetas);
 - 6.2.4.3.7. Tipagem sanguínea (fator RH);
 - 6.2.4.3.8. Uréia;
 - 6.2.4.3.9. Creatinina;
 - 6.2.4.3.10. Glicemia (em jejum);
 - 6.2.4.3.11. Sorologia para Chagas;
 - 6.2.4.3.12. VDRL;
 - 6.2.4.3.13. Sorologia para Hepatite "B" e "C" (Hbs Ag, anti-Hbc IgG e Ig M, anti-bs, anti-HCV);
 - 6.2.4.3.14. Parasitológico de Fezes;
 - 6.2.4.3.15. Sumário de Urina.
- 6.2.4.4. Cada um dos exames laboratoriais estabelecidos neste Edital deverá conter, obrigatoriamente, o nome e o número de identidade ou do CPF do(a) candidato(a), de modo que esses dados sejam grafados nos mesmos padrões (impresso, datilografado ou manuscrito) do documento emitido pelo(s) hospital(ais)/clínica(s)/laboratório(s) responsável(is).
- 6.2.4.5. Os exames laboratoriais deverão ser entregues, impreterivelmente, nas datas, turnos e horários definidos no ato convocatório, momento em que o(a) candidato(a) se apresentará para a realização do Exame de Saúde, sob pena de eliminação. Esses exames deverão ser anexados à ficha individual do(a) candidato(a) relativa ao Exame de Saúde, não sendo possível, pois, a sua devolução aos(as) candidatos(as) após a sua entrega.
- 6.2.5. Após a análise dos exames laboratoriais e inspeção de saúde nos(as) candidatos(as), a Comissão do Exame de Saúde emitirá parecer conclusivo individual da APTIDÃO ou INAPTIDÃO de cada um deles, em uma Ficha Individual do(a) candidato(a), que deverá ser assinado pelos médicos integrantes da referida Comissão e registrado em ata, que seguirá assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Comissão do Exame de Saúde, e enviada à Coordenação Geral até 1 (um) dia útil após o encerramento dos trabalhos.
- 6.2.6. Para os Exames Laboratoriais de Saúde não será admitida à ausência ou substituição por outro, mesmo que similar, de qualquer dos exames listado no subitem 6.2.4.3. deste Edital, cabendo ao(a) candidato(a) exigir do hospital, clínica ou laboratório onde optar realizar os exames a entrega da bateria completa, bem como o cumprimento da norma estabelecida no subitem 6.2.4.4. deste Edital.
- 6.2.7. São condições incapacitantes no Exame de Saúde para matrícula no Curso de Formação de Oficiais da Policial-Militar e Bombeiro-Militar:
- 6.2.7.1. Cabeça e Pescoço - Deformações, perdas extensas de substância, cicatrizes deformantes, aderentes ou anti-estéticas; contrações musculares anormais, cisto braquial, higroma cístico de pescoço e fístulas.
 - 6.2.7.2. Ouvido e Audição – Deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidade do conduto auditivo e tímpano, infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias, tumores e perdas auditivas acima de 30 decibéis na média aritmética obtida dos resultados das frequências de 500, 1000 e 2000 Hz, em quaisquer dos ouvidos e sem prótese ortofônica, verificadas em teste audiométrico.
 - 6.2.7.3. Olhos e Visão – Infecções e processos inflamatórios, excetuando-se conjuntivite agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações, seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares; discromatopsia de grau

acentuado. A cirurgia refrativa (ceratotomia) realizada num período superior a 24 meses não é incapacitante.

- 6.2.7.4. Boca, Nariz, Laringe, Faringe, Traquéia e Esôfago – Anormalidades estruturais congênitas ou não, desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresia e retrações; seqüelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.
- 6.2.7.5. Dentes – Estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão com comprometimento funcional (muscular e/ou articular) ou das estruturas do suporte dental; tumores; restaurações; próteses insatisfatórias e deficiências funcionais. Para reestabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a próteses dental, desde que o inspecionado apresente os dentes naturais, conforme mencionado nos “índices mínimos”, descritos no item 7.1.10.
- 6.2.7.6. Pele e Tecido Celular Subcutâneo – Infecções crônicas ou recidivantes, inclusive a acne com processo inflamatório agudo ou que impeça o barbear; micoses extensas, infectadas ou cronificadas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronificados ou infectados; expressões cutâneas das doenças autoimunes, manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes, comprometendo a função estética; nervos vasculares extensos ou anti-estéticos; tatuagens obscenas e/ou ofensivas em qualquer parte do corpo e todas aquelas aparentes quando do uso do uniforme básico da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros, por comprometerem a função estética para a atividade-fim do militar estadual (Policia Militar ou Bombeiros militar).
- 6.2.7.7. Pulmões e Parede Torácica – Deformidade relevante congênita ou adquirida da caixa torácica; função respiratória prejudicada; doença e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior com passado recente ou em atividade (importante colher história patológica pregressa); fístula e fibrose pulmonar difusa, tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.
- 6.2.7.8. Sistema Córdio-Vascular – Anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções, inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração, anormalidades do feixe de condução e outras detectadas no teste ergométrico relacionadas a doenças coronarianas, valvulares ou miocárdicas; doenças oro-valvulares; síndrome de pré-excitação; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquisfigmia; alterações segnificativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas. O prolapso mitral sem regurgitação por meio da válvula mitral e sem repercussão hemodinâmica verificada em ECO-DOPPLER não é incapacitante.
- 6.2.7.9. Abdomen e Trato Intestinal – Anormalidade da parede (ex.: Hérnias, fístulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (ex.: doença de chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas; história de cirurgia significativa ou ressecção importante (solicitar relatório cirúrgico, descrevendo o que foi realizado no ato operatório); doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.
- 6.2.7.10. Aparelho Genito-Urinário – Anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias, tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; testículo localizado fora de sua bolsa é incapacitante; a existências de testículo único desde que na bolsa, não é incapacitante; a hipospádia balânica não é incapacitante.
- 6.2.7.11. Aparelho Ósteo-Mio-Articular – Doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvio ou curvaturas anormais significativos da coluna

vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e seqüelas de cirurgias; pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral (neste caso convém solicitar o parecer especializado para avaliação de sintomas); distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.

- 6.2.7.12. Doenças Metabólicas e Endócrinas – "Diabetes Mellitus", tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária e tireoideana sintomática; tumores da tireoide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.
- 6.2.7.13. Sangue e Órgãos Hematopoiéticos – Alterações significativas do sangue e órgãos hematopoiéticos. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.
- 6.2.7.14. Doenças Neuropsiquiátricas – Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofia e fraquezas musculares. Avaliar cuidadosamente a história, para detectar síndrome convulsiva, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade.
- 6.2.7.15. Tumores e Neoplasias – Qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutiva ou comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex.: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.
- 6.2.7.16. Doença Sexualmente Transmissíveis – Qualquer Doença Sexualmente Transmissíveis em atividade, é incapacitante.
- 6.2.7.17. Condições Ginecológicas – Neoplasias, ooforite, cistos ovarianos não funcionais, salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas ou congênitas, mastites específicas e tumores da mama.
- 6.2.7.18. Condições Biométricas – Índices em desacordo com os parâmetros indicados neste Edital.
- 6.2.7.19. Outras Condições – Qualquer condição que possa culminar na não participação do(a) candidato(a) em qualquer das fases dos Exames Complementares, ou que possa comprometer o rendimento do cursando durante o período formacional, é incapacitante. Na hipótese de candidata gestante esta situação deverá ser declarada por escrito, somente podendo realizar o Exame de Aptidão Física mediante laudo autorizatório de seu Médico Assistente, dentro dessa especialidade.

6.2.8. Parâmetros e Índices Admissionais:

- 6.2.8.1. Altura – altura mínima de 1,65 m (um metro e sessenta e cinco centímetros), se do sexo masculino, e de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros), se do sexo feminino.
- 6.2.8.2. Proporcionalidade entre Peso e Altura – variação em 10 (dez) Kg de peso para mais ou para menos, em relação às casas decimais de centímetros de altura até 1,75m, e em 15 (quinze) Kg de peso para mais ou para menos acima de 1,75 m de altura. Será utilizado o índice de massa corpórea (IMC – ÍNDICE DE MASSA CORPORAL), com limite superior a 30 e inferior a 18 kg/m².
- 6.2.8.3. Acuidade Visual – acuidade mínima de 20/40 em cada olho, sem correção, e corrigidos para 20/40 em um olho e 20/30 no outro, com a melhor correção possível.
- 6.2.8.4. Senso Cromático – é admissível discromatopsia de grau leve e médio, sendo incapacitante a de grau acentuado.

6.2.8.5.Dentes – o mínimo exigido é de 16 (dezesseis) dentes naturais, hígidos ou tratados, com pelo menos 8 dentes na parte superior e 8 na inferior. Toleram-se prótese dental, desde que o inspecionado apresente os dentes naturais exigidos.

6.2.8.6.Limites Mínimos de Motilidade:

6.2.8.6.1.Extremidade Superior: OMBRO – Elevação para diante de 90 graus, abdução a 90 graus; COTOVELO – flexão a 100 graus, extensão a 15 graus; PUNHO – alcance total a 15 graus; MÃO – supinação/pronação a 90 graus e DEDOS: formação de pinça digital.

6.2.8.6.2.Extremidade Inferior: COXO FEMURAL – flexão a 90 graus, extensão a 10 graus; JOELHO – extensão total, flexão a 90 graus e TORNOZELO – dorsiflexão a 10 graus, flexão plantar a 10 graus.

6.2.8.6.3.Índices Cardiovasculares – pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado.

6.2.8.6.4.SISTÓLICA – igual ou menor do que 130 mmHg;

6.2.8.6.5.DIASTÓLICA – igual ou menor do que 80 mmHg;

6.2.8.6.6.PULSO ARTERIAL MEDIDO EM REPOUSO – índice compreendido entre igual ou maior a 50 bpm e igual ou menor a 100 bpm.

6.2.8.7.Índice Audiométrico – perdas auditivas iguais ou inferiores a 30 decibéis na média aritmética obtida dos resultados das frequências de 500, 1000 e 2000 Hz, em quaisquer dos ouvidos e sem prótese ortofônica.

6.2.9.As aferições dos instrumentos utilizados no Exame de Saúde serão de responsabilidade da Comissão Coordenadora do Concurso.

6.2.10.Poderão ser exigidos do(a) candidato(a), às suas expensas, outros exames suplementares que se tornem necessários, para se chegar a um diagnóstico preciso das suas reais condições de saúde física e mental à matrícula no Curso de Formação de Oficiais da PM.

6.2.11.Quando exigidos outros exames suplementares, para melhor comprovar o seu estado de saúde, fica o(a) candidato(a) cientificado(a) do cumprimento do prazo improrrogável de três dias úteis, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente ao da exigência formal do(s) exame(s) para a entrega dos respectivos resultados, sob pena de ser considerado INAPTO.

6.2.12.Para os(as) candidatos(as) que incidirem na Alínea “c” do Subitem 7.1.4.1 deste Edital, poderá a Comissão do Exame de Saúde aplicar o cálculo do IMC – ÍNDICE DE MASSA CORPORAL – um dos indicadores utilizado pela Organização Mundial da Saúde, para classificação do estado nutricional desses candidatos.

6.2.13.O candidato será informado do resultado de seu exame pela Comissão do Exame de Saúde no local e logo após a sua realização.

6.2.14.O resultado do Exame de Saúde será publicada no Boletim da Corporação e divulgada no endereço eletrônico da Polícia Militar do Estado da Paraíba “<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>”.

6.3. DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

6.3.1.O Exame de Aptidão Física, de caráter eliminatório, tem por objetivo avaliar a capacidade de realização de esforços e a resistência à fadiga física do(a) candidato(a), visando a selecionar aqueles que apresentem as condições necessárias para o desempenho mínimo inicial para o cargo regulamentado por este Edital.

6.3.2.Esse exame será realizado no Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba, sito na Rua Dr. Francisco de Assis Veloso – Mangabeira VII, nesta Capital, para

o qual estarão automaticamente convocados(as) os(as) candidatos(as) considerados APTOS(AS) no Exame de Saúde, observado data, turno e horário, a serem definidos no ato convocatório, que será divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação.

6.3.3.Será executado por comissão designada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba e constará de exercícios específicos, obedecendo aos padrões adotados pela Corporação, sendo exigidos os índices, por prova, elencados nos quadros a seguir:

6.3.3.1.Para os(as) candidatos(as) ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba, os índices serão:

CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO			
PROVA	ATIVIDADE	TEMPO MÁXIMO	TENTATIVAS POR CANDIDATO
Flexões de braços na barra fixa	5 (cinco) repetições	-	2 (duas)
Corrida rasa	100 metros	16 seg. 00 mil.	2 (duas)
Corrida de fundo	2.400 metros	12 min. 00 seg.	1 (uma)
Abdominal	35 repetições	1 min. 00 seg.	2 (duas)
Salto em altura	1,20 metro	-	3 (três)

CANDIDATOS DO SEXO FEMININO			
PROVA	ATIVIDADE	TEMPO	TENTATIVAS POR CANDIDATO
Suspensão na barra fixa	1 (uma) suspensão na barra fixa	Mínimo 10 seg. 00 mil.	2 (duas)
Corrida rasa	100 metros	Máximo 20 seg. 00 mil.	2 (duas)
Corrida de fundo	2.100 metros	Máximo 12 min 00 seg.	1 (uma)
Abdominal	30 repetições	Máximo 1 min. 00 seg.	2 (duas)
Salto em altura	1,00 metro	-	3 (três)

6.3.3.2.Para os(as) candidatas(as) ao Curso de Formação de Oficiais dos Quadros Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, os índices serão os mesmos descritos no subitem anterior, acrescidos dos seguintes:

CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO			
PROVA	ATIVIDADE	TEMPO MÁXIMO	TENTATIVAS POR CANDIDATO
Teste em Altura	01 (uma) subida na escada (15 metros)	3 min. 00 seg.	1 (uma)
Natação	25 metros	1 min. 00 seg.	1 (uma)

CANDIDATOS DO SEXO FEMININO			
PROVA	ATIVIDADE	TEMPO MÁXIMO	TENTATIVAS
Teste em Altura	01 (uma) subida na escada (15 metros)	3 min. 00 seg.	1 (uma)
Natação	25 metros	1 min. 30 seg.	1 (uma)

6.3.4. Para a realização do Exame de Aptidão Física, o(a) candidato(a) deverá observar as condições gerais de execução, por prova e sexo, de acordo com as especificações a seguir:

6.3.5. FLEXÃO NA BARRA FIXA – prova para o sexo masculino, consistindo em elevar por 5 (cinco) vezes (repetições) o corpo em uma barra fixa horizontal, sem tempo definido, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.5.1. Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.5.1.1. a barra deve ser instalada a uma altura suficiente para que o candidato, mantenha-se pendurado com os cotovelos em extensão, e não tenha contato dos pés com o solo. O estilo da pegada no exercício é pronação e correspondente a distância isométrica. Após assumir a posição inicial, o candidato deverá elevar seu corpo até que seu arco mandibular (queixo) passe acima do nível da barra e então deverá retornar seu corpo a posição inicial, devendo realizar a extensão total dos cotovelos. O movimento é repetido tantas vezes quanto possível até que se atinja o número mínimo exigido, sem limite de tempo. Será contado apenas o número de movimentos completados corretamente;

6.3.5.1.2. os cotovelos devem estar em extensão total para o início do movimento de flexão;

6.3.5.1.3. será permitido repouso na posição inicial entre um movimento e outro;

6.3.5.1.4. serão permitidas duas tentativas;

6.3.5.1.5. na primeira tentativa, ocorrendo um dos casos abaixo, o exercício será considerado não realizado, e o candidato terá o direito a uma segunda tentativa:

6.3.5.1.5.1. saltar da barra quando do início do exercício;

6.3.5.1.5.2. saltar da barra ao término do exercício;

6.3.5.1.5.3. apoiar-se com as pernas nas colunas de sustentação das barras fixas, para a realização do exercício;

6.3.5.1.5.4. não realizar devidamente o número mínimo de repetições exigido.

6.3.5.1.6. na segunda tentativa, ocorrendo uma das hipóteses previstas no subitem anterior, o candidato será eliminado.

6.3.6. SUSPENSÃO NA BARRA FIXA – prova para o sexo feminino, consistindo em suspender por uma vez o corpo em uma barra fixa horizontal, durante o tempo mínimo de 10 seg. e 00 mil, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.6.1. Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.6.1.1. a barra deve ser instalada a uma altura suficiente para que a candidata, mantenha-se pendurada com os cotovelos em flexão, e não tenha contato dos pés com o solo. O estilo da pegada no exercício é pronação e correspondente a distância isométrica. A candidata tomará a posição inicial, ultrapassando a linha do arco mandibular (queixo) acima da linha superior da barra fixa. Para a tomada da posição inicial, a candidata poderá optar pelo auxílio

de um instrumento de apoio, o qual será retirado tão logo esteja ela em posição. A partir da tomada dessa posição será acionado o cronômetro, devendo a candidata assim permanecer pelo tempo mínimo exigido (10 segundos). Concluído este tempo, a candidata realizará a extensão total dos cotovelos, para depois se retirar da barra.

6.3.6.1.2.a cabeça deverá ficar na posição normal, olhando para frente.

6.3.6.1.3.serão permitidas duas tentativas;

6.3.6.1.4.o arco mandibular (queixo) deve ultrapassar o nível da barra antes de iniciar o exercício;

6.3.6.1.5.na primeira tentativa, ocorrendo um dos casos abaixo, o exercício será considerado não realizado, e a candidata terá o direito a uma segunda tentativa:

6.3.6.1.5.1.abaxar, durante a cronometragem, o arco mandibular da linha superior da barra fixa;

6.3.6.1.5.2.utilizar o próprio arco mandibular como apoio na barra fixa;

6.3.6.1.5.3.saltar da barra, no início ou ao término do exercício, sem, neste último caso, realizar a extensão total dos braços;

6.3.6.1.5.4.não passar o arco mandibular acima da barra horizontal;

6.3.6.1.5.5.não realizar devidamente o exercício ou realizá-lo abaixo do tempo mínimo exigido.

6.3.6.1.6.na segunda tentativa, ocorrendo uma das hipóteses previstas no subitem anterior, a candidata será eliminada.

6.3.7.CORRIDA RASA – consiste em percorrer 100 metros, no tempo máximo de 16 seg. 00 mil, para o sexo masculino, e no tempo máximo de 20 seg. 00 mil, para o sexo feminino, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.7.1.Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.7.1.1.o(a) candidato(a) deverá partir da posição de pé ou da partida baixa, com o pé da frente ficando o mais próximo possível da faixa de largada. Ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que será parado assim que o(a) candidato(a) cruze a faixa de chegada. A segunda tentativa será permitida quando o(a) candidato(a) completar a prova com o tempo superior ao exigido ou queimar por duas vezes na primeira tentativa, sendo que esta será realizada no mesmo turno, ato término do(a) último(a) candidato(a) de seu grupo.

6.3.7.1.2.o(a) candidato(a) será eliminado(a), nos seguintes casos:

6.3.7.1.2.1.queimar a largada mais de uma vez na segunda tentativa;

6.3.7.1.2.2.sair da raia determinada pela comissão examinadora, durante a realização do exercício;

6.3.7.1.2.3.não completar a distância de 100m ou completá-la acima do tempo máximo permitido.

6.3.7.1.3.Em caso de queima de largada por qualquer candidato(a), será dado o sinal apropriado de imediato, com a devida identificação do(a) candidato(a), e a prova será sempre reiniciada.

6.3.8.CORRIDA DE FUNDO – consiste em atingir no tempo máximo de 12 min. e 00 seg, o percurso de 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros, para o sexo masculino, e 2.100 (dois mil e cem) metros, e para o sexo feminino, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.8.1.Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.8.1.1.o estilo de partida será livre. O(A) candidato(a) tomará posição o mais próximo da faixa de largada. Ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que somente será parado assim que o(a) candidato(a) cruze a faixa de chegada. Será permitida apenas uma tentativa.

6.3.8.1.2.o(a) candidato(a) será eliminado, nos seguintes casos:

6.3.8.1.2.1.queimar a largada mais de uma vez na tentativa;

6.3.8.1.2.2.não completar a prova;

6.3.8.1.2.3.completar a prova acima do tempo máximo permitido ou receber auxílio de outra pessoa para completa-lá;

6.3.8.1.2.4.sair da pista de atletismo destinada para a prova, durante a sua execução, de modo a ficar nítida a intenção de diminuição do percurso;

6.3.8.1.2.5.prejudicar dolosamente ou auxiliar outro(a) candidato(a) a conclusão da prova.

6.3.8.1.3.Em caso de queima de largada por qualquer candidato(a), será dado o sinal apropriado de imediato, com a devida identificação do(a) candidato(a), e a prova será sempre reiniciada.

6.3.9.ABDOMINAL – consiste em realizar 35 (trinta e cinco) repetições corretas, para o masculino, e 30 (trinta) repetições corretas, para o feminino, de flexões do corpo, no estilo remador, partindo da posição deitado e retornando a mesma posição, em uma tentativa e no tempo máximo de 1 min. e 00 seg, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.9.1.Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.9.1.1.deverá ser realizado o número de repetições exigido, no estilo remador, no tempo máximo estabelecido, conforme o sexo, tendo o(a) candidato(a) direito a duas tentativas, sendo que a segunda tentativa será realizada no mesmo turno, ato término do(a) último(a) candidato(a) de seu grupo.

6.3.9.1.2.o(a) candidato(a) colocar-se-á em decúbito dorsal com o corpo completamente estendido, tendo os braços no prolongamento do corpo. O(A) candidato(a) por contração de musculatura abdominal, curvar-se-á na posição sentada, flexionando simultaneamente os joelhos, pelo menos até o nível em que ocorra a passagem dos braços estendidos e paralelos ao solo, ao lado dos joelhos, tomando-se por base os cotovelos, os quais devem passar a linha formada pelos joelhos, retornando o(a) candidato(a) a posição inicial (decúbito dorsal) até que toque o solo com as mãos. A partir dessa posição inicia-se um novo movimento. O cronômetro será acionado e travado ao sinal do cronometrista, para o início e término do exercício. O repouso entre os movimentos é permitido. As repetições incorretas não serão computadas.

6.3.9.1.3.deve-se realizar este exercício sobre um colchonete ou tatame.

6.3.9.1.4.serão consideradas como repetições incorretas, àquelas em que a curvatura da articulação do braço/antebraço e os que os cotovelos não ultrapassem a linha dos joelhos, bem como, os que faltem coordenação entre tronco e perna ou os movimentos serem incompletos.

6.3.9.1.5.na primeira tentativa, ocorrendo um dos casos abaixo, o exercício será considerado não realizado, e o(a) candidato(a) terá o direito a uma segunda tentativa:

6.3.9.1.5.1.não completar a prova;

6.3.9.1.5.2.completar a prova acima do tempo mínimo permitido;

6.3.9.1.5.3. fazer a quantidade de repetições corretas inferior a exigida.

6.3.9.1.6. na segunda tentativa, ocorrendo uma das hipóteses previstas no subitem anterior, a candidata será eliminada

6.3.10. SALTO EM ALTURA – consiste em saltar uma barra horizontal, colocada na altura de 1,20 metro, para o masculino, e de 1,00 metro, para o feminino, sem tempo definido, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.10.1. Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.10.1.1. partindo da posição de pé, estando a frente da linha imaginária e horizontal do sarrafo, o(a) candidato(a) deverá realizar a aproximação e o conseqüente salto.

6.3.10.1.2. o salto deverá ser realizado entre as duas colunas de sustentação do sarrafo, sem derrubá-lo, devendo a impulsão ser realizada apenas com uma das pernas.

6.3.10.1.3. o(a) candidato(a) deverá saltar a altura mínima exigida, de acordo com o sexo, dispondo de três tentativas;

6.3.10.1.4. não será considerado como tentativa, aquela em que o(a) candidato(a) desista do salto, durante a aproximação, de modo que não tenha ultrapassado ou derrubado o sarrafo. Sendo esse procedimento permitido apenas uma vez em cada tentativa. Caso ocorra mais de uma vez, na mesma tentativa, será computado como se houvesse ocorrido aquela tentativa.

6.3.10.1.5. para esta prova poderá ser utilizado qualquer técnica ou estilo, de livre escolha do(a) candidato(a).

6.3.10.1.6. o(a) candidato(a) será eliminado(a), nos seguintes casos:

6.3.10.1.6.1. realizar a impulsão para o salto com as duas pernas simultaneamente;

6.3.10.1.6.2. não ultrapassar o sarrafo em todas as tentativas;

6.3.10.1.6.3. derrubar o sarrafo em todas as tentativas.

6.3.11. TESTE EM ALTURA – consiste em subir a uma altura de 15 metros em uma escada previamente estabelecida, no tempo Máximo de 3 min e 00 seg para ambos os sexos, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.11.1. Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.11.1.1. a partida se dará no primeiro degrau da escada, estando o(a) candidato(a) de frente para esta. Ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que somente será parado assim que o(a) candidato(a) toque uma das mãos no ponto da escada determinado pela Comissão Examinadora, completando a prova.

6.3.11.1.2. a escada deverá ser posicionada a 75° (setenta e cinco graus) do solo.

6.3.11.1.3. o ponto da escada determinado pela Comissão Examinadora estará a quinze metros de altura, contados a partir do solo. Essa altura deverá ser conferida no momento de realização da prova por, no mínimo, três candidatos de cada grupo.

6.3.11.1.4. o(a) candidato(a) será eliminado, nos seguintes casos:

6.3.11.1.4.1. desistir de realizar a prova ou não realizá-la;

6.3.11.1.4.2. completar o exercício acima do tempo máximo permitido.

6.3.12. NATAÇÃO – consiste em nadar 25 metros em uma piscina previamente estabelecida, em estilo de livre escolha do(a) candidato(a), no tempo máximo de 1 min e 00 seg, para o masculino, e de 1 min e 30 seg, para o feminino, nas condições especificadas neste Edital.

6.3.12.1. Para essa prova são condições gerais de execução:

6.3.12.1.1.a partida se dará no interior da piscina, estando o(a) candidato(a) na posição vertical encostado(a) na sua borda. Ao sinal de partida, será acionado o cronômetro, que somente será parado assim que o(a) candidato(a) toque uma das mãos no local determinado pela Comissão Examinadora, completando a prova.

6.3.12.1.2.o(a) candidato(a) será eliminado(a), nos seguintes casos:

6.3.12.1.2.1.após a partida, tocar, em qualquer instante ou parte do corpo, o fundo da piscina ou suas bordas laterais;

6.3.12.1.2.2.completar a distância prevista acima do tempo máximo permitido.

6.3.13.DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.3.13.1.O objetivo dos testes e provas aqui previstas é avaliar aptidões como: FORÇA MUSCULAR, RESISTÊNCIA MUSCULAR, POTÊNCIA MUSCULAR, FLEXIBILIDADE MUSCULAR, APTIDÃO CARDIORESPIRATÓRIA, COORDENAÇÃO NEUROMUSCULAR, RESISTÊNCIA A ACROFOBIA E HABILIDADE MÍNIMA DE NADAR, indispensáveis ao bom desempenho do cargo de Oficial da Polícia Militar do Estado da Paraíba ou do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba.

6.3.13.2.As medidas e aferições dos locais de testes serão da responsabilidade da Comissão do Exame de Aptidão Física.

6.3.13.3.As provas do Exame de Aptidão Física poderão ser filmadas pela Comissão Organizadora e suas imagens serem utilizadas como provas de execução ou não dos exercícios.

6.3.13.4.Para do Exame de Aptidão Física, o(a) candidato(a) deverá estar trajando, obrigatoriamente, calção ou short, camiseta e tênis, exceto para a prova de natação, quando o(a) candidato(a) deverá estar com traje de banho apropriado (sungá ou maiô), não sendo permitido o uso de nenhum outro meio que lhe ofereça melhor performance, tais como luvas, óculos de natação, prancha, pé-de-pato, sapatilhas com pregos, etc.

6.3.13.5.O candidato será informado do resultado de seu exame pela Comissão do Exame de Aptidão Física no local e logo após a sua realização.

6.3.13.6.Os(as) candidatos(as) serão avaliados(as) e considerados(as) APTOS(AS) ou INAPTOS(AS), neste último caso deverá constar o(s) motivo(s) na Ficha Individual do(a) candidato(a), que deverá ser assinada pelos integrantes da Comissão do Exame de Aptidão Física, e registrado em ata, que seguirá assinada pelo seu Presidente e Secretário da Comissão e enviada à Coordenação Geral até em 1 (um) dia útil após o encerramento dos trabalhos.

6.3.13.7.O resultado no Exame de Aptidão Física será publicado e divulgado em link específico no site da PMPB "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>".

6.4. DO EXAME PSICOLÓGICO

6.4.1.O Exame Psicológico tem por objetivo avaliar as características da personalidade dos(as) candidatos(as) e sua compatibilidade com as aptidões inerentes ao exercício do cargo de Oficial Militar Estadual, através de testes objetivos, específicos e padronizados, para atender aos parâmetros exigidos no Quadro do Perfil Profissional do Oficial PM/BM.

6.4.2.O Exame Psicológico será aplicado por profissionais inscritos no Conselho Regional de Psicologia, ou Clínica Especializada com profissionais inscritos no Conselho Regional de Psicologia, com experiência comprovada na área de testes psicológicos, selecionados e contratados para esse fim, de acordo com os parâmetros exigidos, e será realizado em local, data e horário a serem definidos e divulgados através de link específico do site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicados no Boletim da Corporação. Para esse Exame, estarão automaticamente convocados(as) os(as) candidatos(as) **APTOS(AS) no Exame de Aptidão Física** deste certame.

6.4.3. Para a realização do Exame Psicológico, o(a) candidato(a) deverá portar caneta esferográfica azul ou preta, lápis preto nº 2 e borracha, além da documentação exigida.

6.4.4. O Quadro do Perfil Profissional para o ingresso de Oficial PM/BM compreende os seguintes parâmetros:

QUADRO DO PERFIL PROFISSIONAL DO OFICIAL PM/BM

N.º DE ORDEM	TESTES	NÍVEIS DE AFERIÇÃO		
		1	2	3
001	Inteligência Geral			X
002	Aptidões Específicas			X
003	Percepção			X
004	Fluência Verbal		X	
005	Memória		X	
006	Destreza		X	
007	Personalidade			X

LEGENDA:

- 1 - O traço é de pouca necessidade;
- 2 - O traço é de necessidade moderada;
- 3 - O traço é de alta necessidade (essencial).

6.4.5. DAS DEFINIÇÕES:

6.4.5.1. INTELIGÊNCIA GERAL – capacidade de solucionar problemas imediatos com eficácia de argumentação e de contra-argumentação, a partir de raciocínios lógicos e de adaptação a situações novas.

6.4.5.2. APTIDÕES ESPECÍFICAS – habilidades treinadas, exigidas para o desempenho operativo do Policial-Militar ou Bombeiro-Militar.

6.4.5.3. PERCEPÇÃO – aptidão para identificar semelhanças e diferenças em objetos, material gráfico ou pictórico, efetuando comparações e discriminações de formas.

6.4.5.4. FLUÊNCIA VERBAL – capacidade para o uso do vocabulário com facilidade, observada a compreensão do idioma e a utilização das palavras e seus significados.

6.4.5.5. MEMÓRIA – aptidão para reter e evocar da memória de forma direta e imediata, como também memorizar semelhanças e diferenças de conteúdos verbais e não-verbais.

6.4.5.6. DESTREZA – capacidade de coordenação óculo-motora para pequenos movimentos, medindo a rapidez dos movimentos dos membros superiores e da qualidade de precisão motora.

6.4.5.7. PERSONALIDADE – características dominantes de personalidade através da aplicação de Testes que objetivem a investigação de traços do ajustamento emocional, das relações sociais, dos processos motivacionais, das frustrações; controle da agressividade e impulsividade, aspectos da afetividade e da sociabilidade, compatíveis com as funções de um Policial-Militar ou Bombeiro-Militar.

6.4.6. Será considerado(a) CONTRA-INDICADO(A) o(a) candidato(a) que não atender aos parâmetros estabelecidos no perfil referencial ou que denote comprometimentos que inviabilizem sua matrícula nas Corporações Militares em virtude da inadequação aos padrões comportamentais e à natureza das atividades inerentes à segurança pública, à defesa social, à defesa civil; das ações da prevenção e combate à incêndio, busca e salvamento a ser executado, em função das peculiaridades profissionais.

6.4.7. O sigilo sobre os resultados obtidos no Exame Psicológico será mantido pela Clínica Especializada, na forma prevista no Código de Ética Profissional do Psicólogo, consoante disposição inserta no § 1º do artigo 6º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2002.

- 6.4.8.O resultado do Exame Psicológico será efetuado pela Clínica Especializada responsável pela aplicação do referido exame, divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação, sendo a publicação através de relação nominal constando os(as) candidatos(as) consideradas como INDICADOS(AS), conforme dispõe o art. 6º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2002.
- 6.4.9.Clínica Especializada responsável pela aplicação do Exame Psicológico deverá enviar à Comissão Coordenadora Geral do Concurso, no prazo de 48 horas após a divulgação do resultado do mesmo, laudos sínteses, individualizado e devidamente assinado pelo Psicólogo responsável, de cada candidato(a) considerado(a) CONTRA-INDICADO(A), explicitando os motivos técnicos e específicos de sua não-recomendação.
- 6.4.10.O(A) candidato(a) cujo nome não conste na divulgação do resultado foi considerado como CONTRA-INDICADO(A) no Exame Psicológico e poderá obter o conhecimento das razões da sua não-recomendação, no período compreendido entre 3 (três) dias e 06 (seis) dias úteis após a divulgação do resultado do Exame Psicológico, pessoalmente ou acompanhado de Psicólogo inscrito no Conselho Regional de Psicologia (CRP), à Comissão Coordenadora Geral do Concurso, estabelecida na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito no Quartel do Comando-Geral, na Praça Pedro Américo, s/nº - Centro – João Pessoa-PB, nos dias de expedientes administrativos, no horário compreendido entre 08:00 hs às 12:30 hs, quando lhe será divulgado os motivos de sua CONTRA-INDICAÇÃO, recebendo um laudo síntese contendo o resultado do Exame Psicológico. Nesta ocasião, a Comissão Coordenadora Geral do Concurso não debaterá sobre o mérito contido no laudo síntese.

7. DA DIVULGAÇÃO

- 7.1. O resultado das Provas Escritas será divulgado pela COPERVE/UFPB quando da divulgação dos resultados do PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011).
- 7.2. DOS EXAMES COMPLEMENTARES – DOS EXAMES DE SAÚDE, APTIDÃO FÍSICA E PSICOLÓGICO.
- 7.2.1.O resultado do Exame de Saúde será divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação.
- 7.2.2.O resultado do Exame de Aptidão Física será divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação.
- 7.2.3.O resultado do Exame Psicológico será divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação, sendo a publicação através de relação nominal constando os(as) candidatos(as) considerados(as) como INDICADOS(AS), conforme dispõe o art. 6º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2002

8.DA APROVAÇÃO

- 8.1. Serão considerados aprovados para efeito deste concurso, os(as) candidatos(as) aprovados(as) no PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011), a cargo da COPERVE/UFPB, segundo as disposições contidas no Manual do Candidato do PSS, e considerados aptos nos Exames de Saúde, de Aptidão Física e indicados no Exame Psicológico.

9.DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 9.1. A classificação dos(as) candidatos(as), inicialmente, obedecerá às normas e aos critérios da COPERVE/UFPB para o PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011), e somente

serão classificados(as), para efeitos deste Concurso, um número de candidatos(as), dentre os aprovados(as), destinado ao preenchimento das vagas disponibilizadas neste Edital, competindo à COPERVE/UFPB a remessa da listagem desses aprovados(as) à Comissão Coordenadora Geral deste Concurso, para que, após os resultados dos Exames de Saúde, de Aptidão Física e Psicológico, esta encaminhe a relação dos(as) candidatos(as) classificados(as) e dos(as) suplentes ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba, a fim de se proceder a homologação do resultado do Concurso.

- 9.2. Os(as) candidatos(as) classificados(as) dentro das vagas oferecidas neste Edital serão comunicados(as) pessoalmente de sua aprovação, através de e-mail, telefone ou via postal.

10.DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CONVOCAÇÃO

- 10.1. O resultado do concurso será homologado através de competente ato do Comandante-Geral da PMPB, a quem caberá autorizar a matrícula no Curso de Formação de Oficiais e será objeto de publicação no Diário Oficial do Estado. Neste mesmo ato, a autoridade homologante convocará os(as) candidatos(as) classificados(as) para uma pré-matrícula, quando entregarem os documentos exigidos para matrícula, fazendo consignar data, hora e local, para esse fim.
- 10.2. Ocorrendo desistência ou eliminação de candidatos(as), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do início do Curso de Formação de Oficiais, serão considerados(as) classificados(as), em igual número, os(as) candidatos(as) subsequentes, obedecida a ordem de classificação e o previsto em lei. Neste caso, a autoridade homologante procederá à homologação específica complementar.

11.DA AVALIAÇÃO SOCIAL

- 11.1. Além dos Exames Complementares (Exames de Saúde, de Aptidão Física e Psicológico) a PMPB procederá a uma Avaliação Social do(a) candidato(a), de caráter eliminatório, tendo por pressuposto a averiguação da idoneidade moral e da conduta pregressa do(a) candidato(a), que constará de pesquisa da conduta pessoal do(a) candidato(a), com base em documentos oficiais e em informações presentes em formulário peculiar, preenchido pelo(a) próprio(a) candidato(a).
- 11.2. A avaliação social consistirá na apuração e análise:
- 11.2.1. dos antecedentes criminais compreendendo processos na Justiça Comum, na Justiça Federal, Justiça Eleitoral e na Justiça Militar Federal e Estadual;
 - 11.2.2. dos antecedentes policiais nas esferas Federal e Estadual;
 - 11.2.3. dos antecedentes de conduta militar, se o(a) candidato(a) foi ex-militar das Forças Armadas ou de outras Corporações Militares Estaduais, sendo causa de Contra-Indicação a situação de licenciamento, exclusão ou demissão a bem da disciplina;
 - 11.2.4. de certidão de processo administrativo disciplinar no âmbito da Instituição;
 - 11.2.5. de autenticidade do certificado ou diploma escolar exigido;
 - 11.2.6. de outros requisitos julgados necessários e imprescindíveis pela Comissão de Avaliação Social, devidamente justificado.
- 11.3. A Avaliação Social será procedida por uma Comissão de Avaliação Social, designada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba que, ao final, emitirá, em Ata, os resultados obtidos pelos(as) candidatos(as), considerando-os(as) INDICADOS(AS) ou CONTRA-INDICADOS(AS), conforme a avaliação de compatibilidade ou não, do comportamento e condução social do(a) candidato(a) para com o cargo de Oficial dos Quadros Policial Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, neste último caso, explicitando o(s) motivo(s).
- 11.4. Devidamente justificada, os trabalhos da Comissão de Avaliação Social, poderá ter o prazo estendido durante o período de realização do curso de formação, devendo, neste caso, emitir a ata dos resultados obtidos até o final do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais PM/BM, regulado por este Edital.

- 11.5. Em caso de CONTRA-INDICAÇÃO, o(a) candidato(a) será comunicado(a) oficialmente do resultado, sendo-lhe ofertado um prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar DEFESA ESCRITA, fundamentada em documentos comprobatórios, sendo esta acolhida como recurso, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente a notificação oficial ao(a) candidato(a).
- 11.6. Comissão Coordenadora Geral do Concurso abrirá vistas da defesa escrita, para análise da Comissão de Avaliação Social, a qual terá um prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis para se pronunciar sobre o mérito, emitindo Parecer escrito, julgando procedente ou improcedente as alegações da defesa escrita do(a) candidato(a), retornando os autos à Comissão Coordenadora Geral que o homologará, no prazo de 03 (três) dias úteis, através de seu Presidente.
- 11.7. Homologado o Parecer emitido pela Comissão de Avaliação Social, julgando improcedentes as alegações da defesa escrita do(a) candidato(a), ou expirado o prazo regulamentar sem a apresentação da defesa escrita, o resultado da decisão de CONTRA-INDICAÇÃO será divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação, e ocorrerá a eliminação do(a) candidato(a) do concurso ou o seu desligamento do curso.
- 11.8. A Polícia Militar do Estado da Paraíba e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba garantirão o sigilo das informações obtidas sobre o(a) candidato(a), podendo o(a) próprio(a) candidato(a) ter conhecimento, sendo responsabilizado civil, administrativa e/ou criminalmente o militar que detenha informação do Exame de Avaliação Social e a divulgue indevidamente.

12.DOS RECURSOS

- 12.1. Será admitida a interposição de recursos para o Exame Intelectual (Provas Escritas), Exames Complementares (de Saúde, de Aptidão Física e Psicológico), os quais não terão efeitos suspensivos.
- 12.2. O recurso interposto referente ao Exame Intelectual (Provas Escritas) será dirigido diretamente a COPERVE/UFPB, a quem compete a regulamentação no Manual do Candidato ao PSS-2011 e a solução.
- 12.3. O recurso interposto referente aos Exames Complementares (de Saúde, de Aptidão Física e Psicológico) será dirigido à Comissão Coordenadora Geral do Concurso, estabelecida na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito no Quartel do Comando-Geral, na Praça Pedro Américo, s/nº - Centro – João Pessoa-PB.
- 12.4. A defesa escrita na Avaliação Social, regulamentada nos subitens 10.5 a 10.7. deste Edital, equivale, para fins deste concurso, como o recurso devido.
- 12.5. O recurso interposto referente aos Exames Complementares (de Saúde, de Aptidão Física e Psicológico) seguirá as seguintes condições:
 - 12.5.1. O prazo de interposição do recurso será de dois dias úteis, contados da divulgação oficial para os Exames de Saúde e de Aptidão Física, da comprovação oficial de entrega do laudo síntese ao(a) candidato(a) informando sua CONTRA-INDICAÇÃO do Exame Psicológico.
 - 12.5.2. O recurso deverá ser feito em documento próprio dirigido, (**FORMULÁRIO MODELO ANEXO II**) devidamente fundamentado e instruído com provas documentais, à Comissão Coordenadora Geral do Concurso;
 - 12.5.3. Serão preliminarmente indeferidos os recursos inconsistentes, sem a devida fundamentação ou provas, ou intempestivos.
 - 12.5.4. Comissão Coordenadora Geral do Concurso abrirá vistas do recurso, para análise das Comissões do Exame de Saúde, de Aptidão Física ou à Clínica Especializada responsável pela aplicação do Exame Psicológico, conforme o caso e assunto, as quais terão um prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis para se pronunciar sobre o mérito, emitindo Parecer escrito, retornando os autos à Comissão Coordenadora Geral que, no prazo de 03 (três) dias úteis, homologará ou não, através de seu Presidente, provendo ou desprovendo, respectivamente, o recurso.
 - 12.5.5. Para a interposição de recurso relativo ao Exame Psicológico, o(a) candidato(a) deverá, as suas expensas, ser assessorado ou representado por Psicólogo inscrito no Conselho

Regional de Psicologia (CRP) e que não tenha feito parte da Comissão Avaliadora, que fundamentará o pedido de revisão do processo de avaliação do recorrente, com base nas provas realizadas (no laudo), conforme determina o art. 7º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2002.

- 12.5.6. Havendo determinação judicial para realização de perícia relativa ao Exame Psicológico, ficam os membros da comissão impedidos de participarem do processo, devendo os peritos considerarem todas as informações referentes ao cargo, fornecidas pelo órgão, conforme determinam os §§ 1º e 2º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2002.
- 12.5.7. Não será admitida a remoção dos testes do(a) candidato(a) do seu local de arquivamento, devendo o Psicólogo contratado fazer seu trabalho na presença de um Psicólogo da Comissão Examinadora, salvo determinação judicial, à luz do art. 8º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2002.
- 12.5.8. O resultado do julgamento do recurso será, obrigatoriamente, divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação, para que se produzam os efeitos legais, sendo o recorrente informado(a) da decisão, através dos veículos supracitados.
- 12.5.9. As despesas provenientes dos recursos correrão por conta dos(as) candidatos(as).
- 12.6. Não será aceito recurso por via postal, via fax ou e-mail (correio eletrônico).

13.DA MATRÍCULA NO CURSO

- 13.1. O período e local de matrícula serão estabelecidos pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba, cujo ato será divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba "<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>" e publicado no Boletim da Corporação, quando será exigido a regularização da documentação para tal.
- 13.2. Serão matriculados(as) no 1º Ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba do Estado da Paraíba ou do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba – 2011 – a funcionar na Academia de Polícia Militar do Cabo Branco, os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) no Concurso disciplinado por este Edital e suas Normas Complementares, devendo apresentar e entregar os seguintes documentos:
- 13.3. Documentos para Efetivação da Matrícula:
 - 13.3.1. Para candidatos(as) civis, militares das Forças Armadas e de outras Organizações Militares Estaduais:
 - 13.3.1.1. Apresentar Certidão de Nascimento ou de casamento e entregar cópia autenticada do mesmo;
 - 13.3.1.2. Apresentar Certificado de conclusão do Ensino Médio (2º Grau) ou equivalente e Histórico Escolar, devendo entregar cópias autenticadas dos mesmos;
 - 13.3.1.3. Entregar 02 (duas) fotos 3X4 coloridas recentes (descoberto, de frente, e fardado(a) (se militar);
 - 13.3.1.4. Apresentar Título de Eleitor e comprovar que está em dia com as obrigações eleitorais, e entregar cópias autenticadas dos mesmos;
 - 13.3.1.5. Entregar o documento original de quitação com o Serviço Militar, exceto para o sexo feminino;
 - 13.3.1.6. Apresentar e entregar Atestado de Bons Antecedentes, fornecido pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), ou Declaração de Conduta quando se tratar de militar das Forças Armadas ou de outras PMs;
 - 13.3.1.7. Apresentar Cédula de Identidade, CPF e, se possuir, PIS/PASEP, e entregar cópias autenticadas dos mesmos;
 - 13.3.1.8. Entregar Certidão Negativa de Ação Criminal, fornecida pela Justiça Estadual, expedida no máximo, há 30 (trinta) dias;

- 13.3.1.9. Entregar Certidão Negativa de Ação Criminal, fornecida pela Justiça Federal, expedida no máximo, há 30 (trinta) dias;
 - 13.3.1.10. Se Militar das Forças Armadas ou de outras organizações militares estaduais, entregar o original da autorização do Comando Militar respectivo;
 - 13.3.1.11. Entregar Certidão Negativa da Justiça Eleitoral referente a registro em partido político e atividade de cunho eletivo, expedida no máximo, há 30 (trinta) dias – original.
- 13.3.2. Para candidatos(as) que já forem Militares Estaduais da Paraíba:
- 13.3.2.1. Apresentar Certificado de Conclusão do Ensino Médio (2º Grau) ou equivalente e Histórico Escolar, devendo entregar cópias autenticadas dos mesmos;
 - 13.3.2.2. Entregar 02 (duas) fotos 3X4 coloridas recentes (fardado(a), descoberto(a) e de frente);
 - 13.3.2.3. Entregar declaração do Comandante de sua OPM do seu comportamento disciplinar, devendo estar, no mínimo, no “COMPORTAMENTO BOM”;
 - 13.3.2.4. Entregar declaração do Comandante de sua OPM de que não está submetido a Conselho de Disciplina nem a Processo Administrativo Disciplinar;
 - 13.3.2.5. Entregar Certidões Negativas de Ação Criminal, fornecidas pela Justiça Federal, pela Justiça Comum e pela Justiça Militar;
 - 13.3.2.6. Entregar declaração do Comandante de sua OPM de que não está à disposição da Junta Médica Especial, nos últimos seis meses;
 - 13.3.2.7. Entregar Certidão Negativa da Justiça Eleitoral referente a registro em partido político e atividade de cunho eletivo.
- 13.4. O(A) candidato(a) que não preencher os requisitos e/ou não entregar, nas datas determinadas, a documentação exigida por este Edital, perderá o direito à matrícula no Curso de Formação de Oficiais/2011.
- 13.5. A matrícula no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba ocorrerá em data, hora e local constantes de competente ato do Comandante-Geral da PMPB que tiver homologado o resultado do concurso e convocado os(as) candidatos(as) em Diário Oficial do Estado, e será realizada conjuntamente pela Comissão Coordenadora Geral do Concurso e pela Diretoria de Gestão de Pessoas e do Centro de Educação, ficando a Diretoria de Gestão de Pessoas incumbida de arquivar em ficha própria, todos os documentos exigidos e entregues pelos(as) candidatos(as).

14. DO CURSO

- 14.1. O curso funcionará no Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba – Academia Militar do Cabo Branco – no seguinte endereço, Rua Dr. Francisco de Assis Veloso s/nº, Mangabeira VII, nesta capital e terá duração de 03 (três) anos letivos, em tempo integral, regime de dedicação exclusiva.
- 14.2. O funcionamento do Centro de Educação, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, é normatizado por seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba nº 0031/2009-GCG de 05.03.2009 e publicado no Boletim Interno do Centro de Educação de 27.03.2009.
- 14.3. A Academia de Polícia Militar do Cabo Branco é Instituição de Ensino Superior, credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE).
- 14.4. O Curso de Formação de Oficiais é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, mediante a Resolução do CEE nº 234/2001 e tem como objetivo formar oficiais Bacharéis em Segurança Pública.
- 14.5. A matrícula no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba ou Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, dar-se-á, simultaneamente, a inclusão, respectivamente, na Polícia Militar do Estado da Paraíba ou no

Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, do(a) candidato(a) habilitado(a), na graduação de praça especial, como Cadete do 1º ano do CFO PM ou BM, em 2011, ascendendo, mediante a aprovação e demais requisitos do curso, aos 2º e 3º Anos do CFO, em 2012 e 2013, respectivamente.

- 14.6. Concluído com aproveitamento o curso e satisfeitas as exigências legais, o Cadete será declarado Aspirante a Oficial, segundo a ordem de classificação no curso, podendo ser classificado(a), de acordo com a necessidade e conveniência administrativa, em qualquer unidade da Polícia Militar, para os(as) candidatos(as) com opção PM, ou do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, para os(as) candidatos(as) com opção BM, em todo o Estado da Paraíba.
- 14.7. O Cadete que for submetido a Conselho de Disciplina, Processo Administrativo Disciplinar ou indiciado em Inquérito Policial Militar ou Inquérito Policial Comum, por prática dolosa ou culposa previstas no Código Penal Militar ou no Código Penal, cujo resultado venha culminar em condenação com restrição de liberdade durante o curso, será desligado(a), se for considerado(a) culpado(a), pelo Conselho de Conduta instaurada pela respectiva Academia.

15.DO CARGO

- 15.1. O ingresso no Curso de Formação de Oficiais PM ou BM dar-se-á na graduação de praça especial, como Cadete do CFO PM ou BM, respectivamente, e ao terminá-lo com aproveitamento, o concluinte será declarado Aspirante-a-Oficial PM ou BM. Após submissão de um estágio probatório de, no mínimo, seis meses e preenchendo os requisitos legais previstos na Lei e Regulamento de Promoções de Oficiais (Lei nº 3.908, de 14 de julho de 1977 e Decreto nº 7.507, de 03 de fevereiro de 1978, respectivamente), será promovido ao Posto de 2º Tenente, ingressando no Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Estado da Paraíba (QOC) ou do Quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba (QOBM), conforme a sua opção neste concurso. O Cadete do CFO/PM e o Cadete do CFO/BM classificados no 1º lugar no curso serão promovidos ao posto de 2º Tenente PM/BM na data de declaração do Aspirantado, independente do estágio probatório. Atendendo as exigências legais previstas na Lei e Regulamento de Promoções de Oficiais e existindo vagas, poderão galgar o Posto de Coronel.
- 15.2. Em agosto de 2010, existe o seguinte efetivo do posto de 2º Tenente PM e BM, de acordo com a Lei Complementar nº 87, de 08 de dezembro de 2008, com as ativações dos órgãos em consonância com os Decretos nº 30.109, de 23 de dezembro de 2008 e 31.133, de 19 de março de 2010, para a Polícia Militar do Estado da Paraíba, e a Lei nº 8.443, de 28 de dezembro de 2007, para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba:

Posto	Efetivo Previsto	Efetivo Existente	Claros
2º Tenente PM	286	35	251
2º Tenente BM	107	19	88

- 15.3. As atribuições de cada cargo são:

15.3.1. **Cadete PM/BM:** Exercer atividade estudantil, em regime de dedicação integral, e demais atividades internas e externas atreladas à sua formação, durante o período de duração do CFO, conforme as Normas da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB) e o Regimento do Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

15.3.2. **Aspirante a Oficial PM/BM:** Exercer atribuições inerentes aos oficiais subalternos (tenentes), com atribuições e deveres semelhantes, respeitadas as restrições previstas em leis, regulamentos e instruções pertinentes.

15.3.3. **2º Tenente PM:** Promover a Segurança Pública e a Defesa Social através de ações e operações policiais militares, coordenando, controlando e monitorando os resultados alcançados, com atribuições de comandar pelotão, coordenar policiamento ostensivo, reservado e velado, assessorar o comando, gerenciar recursos humanos e logísticos, participar do planejamento de ações e operações, desenvolver processos e procedimentos administrativos militares, atuar na coordenação da comunicação social, promover estudos técnicos e de capacitação profissional, proteger e preservar a vida dos

cidadãos e garantir o pleno exercício dos seus direitos, dentre outras especificadas em normas;

15.3.4. **2º Tenente BM:** Promover a Segurança Pública e a Defesa Social através de ações e operações de bombeiro militar, concomitantemente as atividades de defesa civil. Para tanto, a atuação do Tenente BM, com atribuições de comandar guarnições e operações de salvamento e combate contra incêndio, executar ações de Defesa Civil, realizar vistorias técnicas em edificações (residenciais, comerciais, industriais, etc...) visando à prevenção contra incêndio e pânico, gerenciar recursos humanos e logísticos, participar do planejamento de ações e operações de Bombeiro Militar, desenvolver estudos e pesquisas voltadas para a segurança de pessoas e bens, atuar em Atendimento Pré-hospitalar e Socorros de Emergência, promover estudos técnicos e de capacitação profissional, ressaltar o lema da Corporação: Vidas Alheias e Riquezas Salvar!, dentre outras especificadas em normas

15.4. O(a) candidato(a) matriculado(a) no Curso de Formação de Oficiais/2011 fará jus, durante a sua realização, a uma bolsa correspondente ao soldo da graduação de 3º Sargento, 2º Sargento e 1º Sargento, nos 1º, 2º e 3º anos do CFO PM ou CFO BM, respectivamente, na condição de Cadete PM/BM, conforme dispõe a Lei de Remuneração da Polícia Militar do Estado da Paraíba, com assistência médica, psicológica e odontológica, pousada, fardamento, alimentação e acesso ao círculo dos Oficiais Subalternos.

15.5. A remuneração básica inicial, com previsão para setembro de 2010, conforme estabelece a Lei nº 8.562, de 04 de junho de 2008, será de:

Grau hierárquico	Remuneração em (R\$)	Observação
Cadete do 1º ano PM/BM	1.006,08	Soldo de 3º Sargento PM/BM
Cadete do 2º ano PM/BM	1.153,97	Soldo de 2º Sargento PM/BM
Cadete do 3º ano PM/BM	1.326,03	Soldo de 1º Sargento PM/BM
2º Tenente PM/BM	3.751,96	Soldo mais Gratificação de Habilitação do 2º Tenente PM/BM

16.DA ELIMINAÇÃO

16.1. Será eliminado do Concurso, por ato da sua Comissão Coordenadora, além de outros casos previstos neste Edital, o(a) candidato(a) que incorrer em quaisquer das seguintes situações:

16.1.1. Faltar a qualquer um dos exames;

16.1.2. Chegar atrasado a qualquer um dos exames;

16.1.3. Desrespeitar as determinações relativas à execução dos exames;

16.1.4. Não apresentar documento de identidade, quando da realização dos exames;

16.1.5. For considerado INAPTO ou CONTRA-INDICADO em qualquer das etapas do concurso;

16.1.6. For eliminado pela COPERVE/UFPB;

16.1.7. Não preencher os requisitos para a matrícula ou deixar de apresentar a documentação ao término do período determinado para a matrícula;

16.1.8. Tentar ou utilizar meios fraudulentos na realização dos exames exigidos;

16.1.9. Prestar informações inverídicas, ocultar ou adulterar qualquer informação. Neste caso, a eliminação ocorrerá tão logo seja descoberta a irregularidade, mesmo após efetuada a matrícula no Curso ou durante este;

16.1.10. Convocado para o curso, não se apresentar no período designado ou desistir expressamente dele;

16.1.11. Não formalizar ou faltar ao ato de matrícula do curso no prazo fixado;

16.1.12. Não apresentar os exames laboratoriais, exigidos neste Edital, dentro do prazo estabelecido, ou apresentá-los sem o nome e o número de identidade ou CPF do(a) candidato(a);

- 16.1.13.Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês;
- 16.1.14.Deixar de assinar as listas de freqüência em quaisquer dos Exames, cuja assinatura deverá ser de acordo com a constante em seu documento de identidade;
- 16.1.15.Contrariar outras normas deste Edital.

17.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 17.1. As informações referentes à aplicação do Exame Intelectual (Provas Escritas) ficarão a cargo da COPERVE.
- 17.2. As ações gerais do Concurso serão desenvolvidas dentro dos prazos fixados pelo Calendário de que trata este Edital.
- 17.3. Todos os exames, testes, provas e/ou atividades exigidas neste Edital, são objetos do Concurso.
- 17.4. Todos os(as) candidatos(as) concorrem em igualdade de condições independentemente do grau de instrução ou nível de profissionalização, obedecidas às disposições deste Edital.
- 17.5. Face ao Art 142, § 3º, Inciso X da Constituição Federal de 1988 (CF) c/c a Lei nº 7.605, 28 de julho de 2004, não é aplicada a norma contida no Inciso VIII do Art. 37 da CF/1988, para as vagas previstas neste Edital, não havendo reserva de vagas para os portadores de necessidades especiais, tendo em vista a natureza do cargo.
- 17.6. O(a) candidato(a) aprovado(a) no Exame Intelectual (Provas Escritas) e convocado para os Exames Complementares deverá manter, durante o concurso, seu endereço, telefone e e-mail atualizados, sendo de sua responsabilidade informar a Comissão Coordenadora do Concurso eventuais alterações.
- 17.7. O(a) candidato(a) deverá comparecer aos locais designados para prestar as provas e exames com antecedência mínima de trinta minutos do horário previsto para o seu início, munido do original do documento de Identidade, não sendo aceita cópia, ainda que autenticada.
- 17.8. Para efeito deste Edital, são considerados documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).
- 17.9. Não será permitido ao(a) candidato(a) portar arma ou quaisquer objetos estranhos nos locais dos exames, sendo passivo de eliminação o seu descumprimento.
- 17.10.Somente terão acesso aos locais das provas os(as) candidatos(as) convocados(as) para tal.
- 17.11.Das decisões da Comissão Coordenadora do Concurso, caberá recurso ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba.
- 17.12.Informações adicionais e outros dispositivos que complementam a regulamentação do Concurso estarão contidos nas Normas Complementares a este Edital.
- 17.13.A qualquer tempo, a inscrição que não atenda às condições estabelecidas neste Edital será automaticamente cancelada.
- 17.14. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas ou exames para o(a) candidato(a) faltoso(a) ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.
- 17.15.A inexistência ou falsidade documental implicará, além das previstas na legislação penal, em:
 - 17.15.1.eliminação do Concurso, se durante o mesmo;
 - 17.15.2.desligamento do Curso, se durante o Curso de Formação de Oficial;
 - 17.15.3.licenciamento Ex-Officio, observadas as formalidades legais, após incluído na Corporação.

- 17.16. A aprovação em todas as fases e a não classificação do(a) candidato(a), dentro das vagas fixadas, não geram qualquer direito, além da expedição de documento declaratório do resultado obtido, mediante requerimento do interessado, nos termos do Art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal, c/c o arts. 9º e 10 da Lei estadual nº 7.605, de 28 de junho de 2004 (Lei de ingresso na PMPB), observado o que estabelece o Art. 2º da Lei Federal nº 9.051, de 18 de maio de 1995, o Art. 1º do Decreto Federal nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e o Art. 8º da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.
- 17.17. Será impedido de continuar no certame o(a) candidato(a) que não comparecer aos locais de Exames nos dias, horários e locais especificados neste Edital ou nas normas complementares e/ou estipulados nas convocações por ocasião da divulgação do exame anterior.
- 17.18. As datas estabelecidas no Calendário do Concurso poderão ser alteradas em face de ocorrência de imprevistos, desde que o adiamento seja de interesse público, ficando a Comissão Coordenadora responsável pela divulgação das possíveis mudanças.
- 17.19. A desistência ou a eliminação do(a) candidato(a) classificado(a), por qualquer motivo, importará na convocação daquele que o suceder na ordem de classificação das provas escritas, desde que considerado APTO nos Exames de Saúde e de Aptidão Física e INDICADO no Exame Psicológico, no prazo máximo de 15(quinze) dias, contados do início do respectivo Curso de formação.
- 17.20. O militar estadual inscrito(a) como(a) candidato(a) deste concurso será dispensado(a) do serviço durante a realização das provas, testes e exames do concurso, desde que informe e comprove à administração de sua unidade, com pelo menos 03(três) dias de antecedência, que é candidato(a) ao concurso, deverá comparecer desarmado(a) para a realização das provas e exames, podendo vir em trajes civis.
- 17.21. A publicação dos atos relativos ao presente Concurso será feita através do Boletim da Polícia Militar do Estado da Paraíba e divulgado no site da Polícia Militar do Estado da Paraíba “<http://www.pm.pb.gov.br/newsite>”, podendo a Comissão Coordenadora utilizar, a seu critério, recursos adicionais para ampliar a divulgação.
- 17.22. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos que o retifiquem, os quais deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado da Paraíba e lançados no site da PMPB, sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) o conhecimento e acompanhamento de todas as publicações de eventuais retificações deste Edital.
- 17.23. O Concurso terá validade de 03 (três) meses, contados a partir da primeira homologação do resultado do concurso, podendo ser prorrogado por igual período.
- 17.24. Sendo o Exame Intelectual (Provas Escritas) a primeira prova deste concurso, o qual está vinculado ao PROCESSO SELETIVO SERIADO – 2011 (PSS-2011), de responsabilidade da Comissão Permanente do Concurso Vestibular da Universidade Federal da Paraíba – COPERVE/UFPB, cujo calendário de provas não foi divulgado, poderá este Edital ou as Normas Reguladoras do PSS-2011 ser publicado com um prazo inferior aos 90 (noventa) dias legais exigidos entre a sua publicação e a realização da primeira prova.
- 17.25. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Concurso e, em última instância, pelo Exmº. Sr. Cel. PM Comandante Geral da Corporação e, no que couber, pela COPERVE/UFPB.

João Pessoa - PB, 06 de agosto de 2010.

**Carlos Alberto Nunes da Silva – Cel PM
Presidente da Comissão Coordenadora**

FORMULÁRIO MODELO ANEXO I
(PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS EXAMES
COMPLEMENTARES)

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO COORDENADORA DO
CONCURSO PARA O CFO PM/BM-2011

Eu, _____,
RG nº _____, CPF nº _____, candidato(a) do Concurso
para o Curso de Formação de Oficiais PM/BM-2011, vem através deste requerer a Vossa
Senhoria a isenção da taxa de inscrição para os Exames Complementares, em virtude de ser
doador de sangue, conforme cópias dos comprovantes que seguem anexos, nos termos da Lei
Estadual nº 7.716/2004.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa - PB, ____ de _____ de _____.

Candidato(a) do CFO PM/BM-2011

ATENÇÃO: O não atendimento a qualquer dos itens acima e ao disposto no Edital do certame implicará no indeferimento sumário do pedido.

